

## PARA UMA TEORIA DE POLÍTICAS LINGUÍSTICAS<sup>1 2</sup>

**Bernard Spolsky<sup>3</sup>**

bspolsky@gmail.com

Este artigo, desenvolvido como resultado do que foi apresentado no Colóquio em Memória de Nessa Wolfston em 2006, apresenta o início de uma teoria de políticas linguísticas e gestão. Os aspectos essenciais são a divisão em domínios (representando as comunidades de fala para as quais as políticas são relevantes); o reconhecimento de que as políticas linguísticas envolvem práticas, crenças e gestão; e uma consideração da influência interna e externa sobre as políticas no domínio. O artigo examina brevemente alguns domínios e conclui com uma análise da escola e da complexidade de entender as políticas de educação linguística.

### INTRODUÇÃO

Qualquer pessoa que usa a linguagem se depara regularmente com escolhas. Uma pessoa bilíngue deve escolher qual língua usar. Muitos falantes têm uma escolha de dialetos. Em um nível mais refinado de análise, um falante ou escritor se depara regularmente com

---

<sup>1</sup> Publicado originalmente como SPOLSKY, Bernard. Towards a Theory of Language Policy. *Working Papers in Educational Linguistics*, v. 22, n. 1, 2007. O autor gentilmente cedeu os direitos desta tradução à **ReVEL**. A pedido do autor, alertamos que as ideias presentes neste artigo foram retomadas, de maneira mais completa e aprofundada em seu livro de 2009, *Language Management* (Cambridge University Press). Nota do Tradutor.

<sup>2</sup> Este é em larga medida um artigo em andamento, originalmente um rascunho do primeiro capítulo de um livro que estou escrevendo para delinear a teoria de políticas linguísticas e gestão. Há uma segunda razão para ser incluído nesta coleção da Universidade da Pensilvânia: foi escrito imediatamente depois de minha palestra no Colóquio em Memória de Wolfson em 2006. Naquele trabalho, comentei sobre o relacionamento crescente entre Linguística Educacional e Políticas Linguísticas, e sugeri que a primeira constitui essencialmente os instrumentos disponíveis para a segunda no domínio educacional. Pensando sobre isso depois da palestra, indaguei por que não há uma teoria de políticas linguísticas, e por que alguns acadêmicos argumentam que seria simplesmente muito complicada. Recordei que Fishman, cuja Escala Graduada de Ruptura Intergeracional (GIDS) é o mais próximo que temos de tal tipo de modelo, argumenta que a complexidade não deveria ser uma desculpa. No novo livro, pretendo aplicar o modelo teórico proposto a diversos níveis ou domínios, começando com a família, e modificá-lo de acordo com as evidências empíricas. O modelo final será, espero, uma versão refinada deste primeiro esboço, mas pode também vir a ter sido destruído pelas evidências. No meio tempo, aceito críticas.

<sup>3</sup> Universidade Bar-Ilan, Israel.

escolhas de aspectos – sons ou grafias, itens lexicais, padrões gramaticais – que são indicadores importantes de línguas, dialetos, estilos, ou outras variedades da linguagem e que, postos juntos, definem variedades de língua.<sup>4</sup> O objetivo de uma teoria de políticas linguísticas é considerar as escolhas costumeiras feitas pelos indivíduos falantes com base em padrões estabelecidos na comunidade de fala ou nas comunidades de fala da(s) qual(is) eles fazem parte. Uma política desse tipo é manter o *status* existente de uma variedade já reconhecida ou, mais realisticamente, resistir a uma tendência de os falantes da variedade mudarem para o uso de outra.<sup>5</sup> Neste ensaio, será feito um primeiro esboço de um modelo teórico de políticas linguísticas.

### **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS COMO FENÔMENO SOCIAL: O DOMÍNIO COMO UNIDADE DE DEFINIÇÃO**

A aplicação do modelo a dados e casos adicionais levará à modificação e afinação do modelo. A teoria começa com uma série de pressupostos, que em si devem estar abertos a teste e adaptação ao longo da exploração. O primeiro pressuposto é que, ainda que o propósito seja o de dar conta das escolhas individuais, as políticas linguísticas, assim como outros aspectos da linguagem (como Saussure 1931 apontou), são essencialmente fenômenos sociais, dependentes de comportamentos consensuais e das crenças de indivíduos pertencentes a uma comunidade de fala.

O que é uma comunidade de fala? Desde o seu início, a Sociolinguística tem evitado uma resposta precisa para essa pergunta fundamental. Fez-se uma clara distinção entre uma comunidade linguística – todos aqueles que falam uma variedade linguística específica – e uma comunidade de fala – aqueles que compartilham uma rede de comunicação, unidos pela relativa aceitação da adequação do uso das múltiplas variedades usadas naquela comunidade. Uma comunidade linguística conforme Hockett (1958), por exemplo, usou o termo pode ser o mundo que fala inglês, de cuja complexidade nos damos conta desde que Kachru (1986) chamou nossa atenção para as muitas variedades que constituem o inglês mundial, ou pode ser o mundo francófono (ainda que francofonia seja mais um conceito político do que

---

<sup>4</sup> Concordo com Blommaert (2001) que é um erro lidar somente com línguas nomeadas em uma discussão de políticas linguísticas.

<sup>5</sup> Esse desejo de manter o *status* de uma variedade (o padrão daqueles que a usam e as funções para as quais é usada) é geralmente acompanhado por um desejo de manter a sua forma, ou seja, evitar mudanças no léxico, na gramática e na pronúncia. Fishman (2006) refere-se a isso como dimensão de pureza (em oposição a “vernacularidade”).

linguístico) ou ainda, no outro extremo, os últimos falantes remanescentes de uma língua em extinção. Uma comunidade de fala, por outro lado, pode ser uma família ou um grupo de pessoas que frequentam regularmente um mesmo café ou que trabalham em um escritório ou vivem em uma vila ou cidade (Labov 1966), ou em uma região ou mesmo em uma nação (Gumperz 1968).

Dada essa vagueza, ainda que eu vá regularmente falar sobre comunidades de fala, será necessário encontrar uma unidade mais definida. Começarei com a noção de domínio, conforme apresentada aos sociolinguistas por Joshua Fishman em seu clássico estudo do *barrio* de Nova Jérsei (Fishman 1972). Ainda que tenha argumentado que os domínios devem ser empiricamente definidos para cada comunidade específica, Fishman estabeleceu generalizações úteis que irei adaptar. Em primeiro lugar, um domínio é normalmente nomeado com vistas a um espaço social, como o lar ou a família, escola, vizinhança, igreja (ou sinagoga ou mesquita ou outra instituição religiosa), local de trabalho, imprensa, ou governo. Ao construir uma teoria de políticas linguísticas, argumentarei que cada um desses domínios têm suas próprias políticas, com alguns aspectos controlados internamente e outros sob influência ou controle de forças externas. Como definido por Fishman, um domínio é ainda distinguido por três características: participantes, localização, e tópico. Os participantes em um domínio são caracterizados não como indivíduos, mas por seus papéis e relações sociais. No domínio familiar, os participantes são normalmente rotulados com termos de parentesco: pai, mãe, irmão, irmã, tia ou tio, avô ou avó, ou outros papéis apropriados, como empregada ou babá. No domínio escolar, os papéis normais são professores, alunos ou estudantes, ou diretores. No local de trabalho, são chefes, empregadores, trabalhadores, empregados, encarregados, clientes, fregueses. Qualquer indivíduo pode vir a preencher diferentes papéis em diferentes domínios, com conflitos muitas vezes óbvios. Qual variedade eu uso com a minha filha na escola se ela também é minha aluna? Como eu falo com o meu filho no trabalho se ele também é meu empregador? Em segundo lugar, um domínio tem uma localização típica, normalmente tornando-se óbvia por seu nome. Novamente, a falta de congruência entre participante e localização – um pai trocando de variedade com um visitante quando ele se dá conta de que essa pessoa era professor do filho e não seu amigo<sup>6</sup> – sinaliza a existência de normas. O terceiro componente de Fishman foi a escolha de tópico – a respeito do que é apropriado falar no domínio em questão. Gumperz (1971) tem uma boa ilustração quando descreve como um empregador e um empregado trocam de língua quando passam de

---

<sup>6</sup> Como Abdeen (2003) registrou em suas entrevistas em uma aldeia árabe.

assuntos de negócios para assuntos sociais. Essencialmente, então, vou argumentar que as escolhas costumeiras feitas por um indivíduo são determinadas por seu entendimento das escolhas linguísticas apropriadas ao domínio<sup>7</sup>.

## **POLÍTICAS LINGUÍSTICAS COMO PRÁTICAS, CRENÇAS E GESTÃO**

Um segundo pressuposto, como descrito no meu livro anterior (Spolsky 2004), é que as políticas linguísticas têm três componentes descritíveis interligados, mas independentes: práticas, crenças<sup>8</sup> e gestão.<sup>9</sup> Práticas linguísticas são as escolhas e comportamentos observáveis – o que as pessoas realmente fazem. São os aspectos linguísticos escolhidos, a variedade de linguagem usada. Elas constituem políticas na medida em que são regulares e previsíveis, e, embora estudá-las seja tarefa difícil em função do paradoxo do observador que Labov (1972) identificou – pois um observador acrescenta um participante extra e por isso modifica o comportamento –, descrevê-las é a tarefa de um estudo sociolinguístico que produz o que Hymes (1974) chamou de uma etnografia da fala. De um certo modo, essas são as verdadeiras políticas, ainda que os participantes possam relutar em admitir tal coisa<sup>10</sup>. O ponto crucial é que elas fornecem o contexto linguístico para qualquer um que esteja aprendendo linguagem. A aquisição da linguagem pelas crianças depende em grande medida das práticas linguísticas a que elas são expostas. Por exemplo, os pais que são imigrantes ficam muitas vezes aborrecidos por seus filhos não saberem certas palavras em sua língua de herança, não percebendo que eles mesmos habitualmente as substituem por palavras emprestadas da nova língua<sup>11</sup>.

O segundo componente importante das políticas linguísticas é formado por crenças sobre a linguagem. As crenças que são mais significativas para as nossas preocupações são os valores atribuídos às variedades e aos traços. Por exemplo, dado o papel desempenhado pelas variedades linguísticas na identificação, a variedade que eu associo com meu grupo de pertencimento mais importante – seja minha nação, minha classe educacional, minha região ou minha herança étnica – provavelmente será a que terá o maior valor para mim, enquanto

---

<sup>7</sup> Isso inclui a noção de ajuste ao interlocutor conforme proposta por Bell (1984) e de acomodação conforme explorada por Giles, Taylor e Bourhis (1973) e por Coupland (1984).

<sup>8</sup> Ou ideologia. Eu prefiro “crenças” às associações políticas de “ideologias”.

<sup>9</sup> Ou planejamento. Eu prefiro “gestão” por ser mais contemporâneo do que o “planejamento” que tantas nações adotaram nos dias otimistas após a Segunda Guerra Mundial.

<sup>10</sup> Tente persuadir um falante alfabetizado de francês de que o /l/ de *il* só é pronunciado antes de vogal.

<sup>11</sup> Esse ponto eu tomo de Kopeliovich (2006).

certas outras variedades serão estigmatizadas. Claro, crenças não são práticas: pode ser que eu mesmo use formas estigmatizadas.

O terceiro componente é a gestão linguística, o esforço observável e explícito realizado por alguém ou algum grupo que tem ou afirma ter autoridade sobre os participantes de um domínio para modificar suas práticas ou crenças. A forma mais óbvia de gestão linguística é uma constituição ou lei estabelecida por um estado-nação que determina alguns aspectos do uso oficial da linguagem: uma exigência para uso de uma língua específica como meio de instrução ou em trâmites com as agências de governo, por exemplo. Outro exemplo é a decisão da Igreja Católica Romana no Vaticano II de mudar a política de vários séculos de exigir o latim para a missa. No domínio familiar, constituem gestão linguística os esforços de pais imigrantes para manter sua língua de herança ou para persuadir seus filhos a aprender uma nova língua.

### **INFLUÊNCIAS EXTERNAS E INTERNAS NAS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE UM DOMÍNIO**

A teoria que estou explorando vai defender que cada um desses três componentes dentro do domínio produz forças (e, como veremos, também outros fora dele) que explicam as escolhas linguísticas dos participantes. O mais forte de todos é a prática linguística, pois em sua ausência não há nenhum modelo de linguagem disponível para se aprender. Como ninguém na minha casa jamais falou iídiche, eu perdi a oportunidade de aprender essa língua cedo. A criança criada em um ambiente monolíngue é privada das possibilidades abertas a um bilíngue. Migrantes que não falam nem ouvem mais a sua língua sofrem atrito ou desgaste linguístico (Feldman 1997). A proficiência em uma língua, quer falada ou escrita, estabelece um limite obrigatório de escolha linguística, e fornece um forte instrumento de gestão linguística implícita. Os outros dois componentes também abrangem forças significativas. Minhas crenças sobre as variedades linguísticas entre as quais eu posso escolher, baseadas nas minhas percepções do seu uso dentro e fora do domínio familiar, ajudam a explicar não só as escolhas linguísticas como também as decisões de gestão: Os diferentes valores atribuídos a línguas padrão e línguas de herança em geral explicam as decisões dos pais quanto a qual língua falar e reforçar em casa, assim como explicam as decisões governamentais nas políticas linguísticas nacionais. A gestão também dá conta de algumas escolhas linguísticas, mas não é automaticamente bem sucedida.<sup>12</sup> A gestão, também irei argumentar, pressupõe um

---

<sup>12</sup> Tal como o rei Canuto demonstrou que a sua realeza não lhe dava controle sobre as ondas, também os supostos gestores linguísticos descobrem semelhante impotência com relação aos padrões de uso da linguagem.

gestor: As pressões produzidas pelas práticas e crenças linguísticas são diferentes no sentido de que podem ser anônimas.<sup>13</sup>

Até aqui, esta teorização explica as escolhas linguísticas no âmbito de um domínio com base apenas em forças internas, derivadas de práticas linguísticas, crenças linguísticas, e gestão linguística dentro do próprio domínio. Mas logo fica claro que há forças fora do domínio. Primeiro é o fato de que qualquer indivíduo é um participante em vários níveis da sua comunidade, significando que qualquer indivíduo tem papéis diferentes em domínios diferentes. O fato de que eu sou ao mesmo tempo pai, vizinho, membro da igreja, empregador e cidadão significa que eu estou familiarizado com as práticas e crenças linguísticas de uma gama de diferentes domínios, e assim eu posso muito bem ter uma razão para favorecer valores de um domínio quando estou em outro. Os homens da aldeia da Papua-Nova Guiné que voltaram para casa após um ano ou mais nos campos de plantação e escolheram falar a língua tok pisin servem como exemplo (Kulick 1992).<sup>14</sup> Em segundo lugar, a gestão linguística oferece muitos exemplos de esforços para impor práticas linguísticas no que podemos chamar de um domínio mais baixo, como quando um movimento de revitalização de uma língua étnica ou políticas linguísticas escolares tentam influenciar o comportamento doméstico bem como o comportamento público. Esta análise em múltiplos níveis ajuda a explicar alguns dos problemas da gestão linguística centralizada, que tem que superar práticas, crenças, e algumas vezes ainda a gestão em níveis mais baixos. Em uma exploração dos domínios significativos, é apropriado começar pelas forças internas que afetam o domínio, mas também é necessário notar as prováveis pressões externas.

## **EXPLORANDO OS DOMÍNIOS**

O modelo que estou explorando envolve uma série definida de comunidades de fala, níveis sociais, ou domínios, que vão desde a família, passam por várias instituições e estruturas sociais até e inclusive os estados-nações e agrupamentos supranacionais, cada um dos quais está sob a pressão de escolhas linguísticas engendradas por práticas linguísticas internas e externas, ideologias e sistemas de crenças linguísticas, e esforços de gestão linguística. Explorando o domínio do lar primeiro, são cruciais a prática dos participantes,

---

<sup>13</sup> Considere, por exemplo, a discussão quanto ao fato de a propagação do inglês ser o resultado de pressões econômicas e demográficas ou de atividade planejada de um conspirador imperialista identificável. Como regra, tomo a posição de que se trata de gestão somente quando podemos identificar o gestor. Muitos estudiosos citam sentenças retóricas em favor de uma língua como se provassem a existência de gestores linguísticos.

<sup>14</sup> Weinreich (1980) traz isso como uma explicação de como o alemão foi introduzido em comunidades judaicas na Idade Média por homens que tinham contatos externos.

suas crenças linguísticas e suas tentativas de influenciar as práticas e crenças de outros membros da comunidade de fala local. Pais imigrantes que mantêm línguas de herança são obviamente mais propensos a ter filhos que as saibam, enquanto que aqueles que as abandonam estão encorajando a substituição (Kopeliovich 2006). Para incrementar a proficiência em uma outra língua, um dos métodos mais eficazes é contratar uma babá que fale essa língua.<sup>15</sup> Mas a ecologia linguística da casa é facilmente influenciada por domínios externos – exemplos disso são os homens de Papua-Nova Guiné que trouxeram a língua tok pisin consigo para a aldeia e os pais palestinos cujo trabalho em ambientes de língua hebraica modificou o seu árabe (Spolsky & Amara 1986). Uma vez que as crianças são expostas às práticas e crenças linguísticas de seus pares na vizinhança ou na escola, um novo conflito é estabelecido. Portanto, mesmo a família, o domínio presumivelmente mais simples e básico, por seu efeito na transmissão linguística intergeracional natural, acaba por se abrir à influência de outros domínios.

Pelo acréscimo de novos domínios – instituições religiosas, locais de trabalho, o domínio legal, o domínio da saúde e da medicina, as escolas, as forças armadas, o governo local e regional, o governo nacional ou federal, e organizações supranacionais –, a relevância das forças externas aumenta a complexidade do modelo. O teste a ser aplicado é quão bem o modelo se presta para explicar as forças que deveriam prever escolhas linguísticas no âmbito do domínio em questão.

Os domínios que estou explorando atualmente fornecem evidências. As instituições religiosas têm as suas próprias políticas linguísticas, especialmente influenciadas por uma crença estabelecida sobre a importância de manter a língua original dos textos sagrados – o Islã e o Catolicismo romano pré-Vaticano II resistiram ao uso do vernáculo; o Judaísmo permitiu a tradução, e o Cristianismo protestante a favoreceu (Spolsky 2003). No local de trabalho, as línguas dos gestores e dos clientes acabam por adquirir valor extra, e a globalização reforça as línguas internacionais, especialmente o inglês (Coleman 1985; Dicker 1998). No domínio legal, tem crescido a pressão para permitir que o crescente número de imigrantes possa entender o processo de seus julgamentos, acrescentando um novo participante (o intérprete legal) ao domínio. No domínio da saúde, onde há razões pragmáticas para que os participantes profissionais (médicos e enfermeiros) sejam capazes de se comunicar com seus pacientes, a disponibilização de intérpretes qualificados (em contraste ao recurso corriqueiro de contar com os filhos bilíngues dos pacientes) tem dependido das

---

<sup>15</sup> Jornais dos Estados Unidos noticiaram is altos salários pagos a babás falantes de mandarim por famílias em função de expectativas de aumento das relações comerciais com a China.

pressões por direitos civis na Europa e nos Estados Unidos. Nas forças armadas, as complexidades de exércitos multilíngues (como o exército romano, a Legião Estrangeira Francesa, o exército indiano controlado pelos ingleses, ou o exército israelense pós-independência) têm incentivado uma diversidade de políticas de gestão, e o desejo de se comunicar com o inimigo ou com os habitantes de um território ocupado levou à elaboração de políticas linguísticas militares.<sup>16</sup>

## O DOMÍNIO ESCOLAR

De todos os domínios, a escola mostra ser um dos mais complexos. Seus participantes trazem consigo as práticas e crenças de uma sociedade complexa e cada vez mais multilíngue. A educação escolar é por sua própria natureza um domínio comprometido com a gestão da linguagem. As duas principais categorias de participantes são os estudantes, cujas práticas e crenças linguísticas são passíveis de modificação e os professores encarregados do processo de modificação. Os estudantes<sup>17</sup> variam, é claro, em múltiplas dimensões: idade, gênero, nível de habilidade, e motivação, por exemplo. Eles variam também na variedade ou nas variedades de língua que conhecem e em seus níveis de proficiência. Quanto mais jovens, maior a probabilidade de o seu padrão linguístico refletir o padrão linguístico de seus lares. Sua experiência no domínio do lar, na vizinhança, e em outros lugares os terá apresentado a diversas práticas linguísticas, desenvolvido neles crenças sobre linguagem e valores que eles atribuem às variedades linguísticas, e os exposto a várias tentativas de modificar suas práticas e crenças linguísticas. Portanto, não estamos lidando de modo algum com uma *tabula rasa*, já que as crianças vão para a escola com valores, habilidades e comportamentos linguísticos estabelecidos.

O segundo grupo de participantes no domínio escolar é formado pelos professores. Novamente, há variação em critérios como idade, gênero, treinamento, experiência, *status* social e, claro, proficiência linguística. Aqui também, pode haver certa homogeneidade ou diversidade. Um fator adicional a ser considerado é a igualdade ou desigualdade social, econômica e linguística entre professores e estudantes. Quando visitei pela primeira vez as

---

<sup>16</sup> O esforço canadense para estabelecer uma força de defesa bilíngue é uma exceção, impelida completamente por uma política linguística governamental quanto ao bilinguismo, e finalmente mal sucedida. Nos Estados Unidos, o Programa de Treinamento Especializado do Exército (ASTP) foi um esforço durante a Segunda Guerra Mundial para compensar as falhas no ensino de línguas nas escolas norte-americanas (Iglehart 1997; Spolsky 1995). A Iniciativa Linguística de Segurança Nacional (Spolsky 2006a) é a mais recente manifestação disso.

<sup>17</sup> Uso esse termo de maneira geral para aprendizes, estejam eles na pré-escola, no ensino fundamental ou médio, na universidade, ou em programas para a educação de adultos.

escolas na Reserva Navajo no final dos anos 60, 100% dos estudantes eram falantes de navajo com pouca ou mesmo nenhuma exposição ao inglês antes da escolarização, enquanto 90% dos professores eram falantes de inglês, com praticamente nenhum conhecimento de navajo (Spolsky 1970). Essa situação, que não é rara em sociedades em desenvolvimento ou em comunidades com grande número de imigrantes, reflete o fato de que os professores são normalmente contratados apenas dentre aqueles que tenham completado de modo bem sucedido muitos mais anos de educação escolar do que os estudantes de grupos minoritários podem ainda esperar alcançar. Essa é a base para o que eu tenho chamado de lacuna linguística entre o lar e a escola (Spolsky 1974), o fato de que os professores usam uma linguagem que os seus alunos não entendem. O primeiro problema em situações como essa é (ou deveria ser) estabelecer a comunicação entre estudantes e professores.

Há outros participantes significativos em potencial no domínio escolar. Os primeiros dentre eles são os administradores profissionais – diretores e coordenadores nas escolas, reitores, diretores de curso e chefes de departamento nas universidades – que podem ser selecionados do mesmo grupo dos professores e que podem ser responsáveis perante as autoridades fora da instituição pela gestão de suas políticas educacionais e linguísticas. Um segundo grupo significativo pode ser a equipe de apoio não acadêmico – os motoristas de ônibus, secretários, pessoal de limpeza e de cozinha. Nas escolas navajo nos anos 60, esses eram alguns dos únicos funcionários capazes de falar navajo e assim se comunicar com os alunos e os seus pais.

Cada uma dessas categorias de participantes traz práticas e crenças linguísticas significativas para o domínio escolar, mas nossa questão crucial é o que determina a política linguística instrucional da escola. Aqui, a variação é mais uma vez imensa. Há escolas onde a gestão é essencialmente interna, com os funcionários da escola (diretor, professores e outros profissionais relevantes) determinando seus próprios objetivos educacionais e linguísticos, e escolhendo seu próprio método apropriado para alcançá-los. Mais comumente, há algum indivíduo ou grupo externo ao domínio escolar com autoridade para estabelecer objetivos e métodos. Em alguns casos, podem ser os pais dos estudantes, que trabalham como membros de um conselho escolar eleito ou através de seu poder financeiro para influenciar as políticas da escola. Em outros casos, a escola estará sob a influência de um líder religioso ou de uma organização religiosa. Em outros, pode haver um conselho escolar eleito democraticamente com autoridade sobre diversas escolas na mesma região. Algumas vezes, essa autoridade é

atribuída a um órgão local como a Câmara Municipal da cidade.<sup>18</sup> Em outros casos, a autoridade é centralizada sob o controle do governo central ou, em um sistema federal, dos governos dos estados ou das províncias. Em sistemas coloniais, a autoridade era normalmente atribuída ao governo metropolitano.<sup>19</sup> Na prática normal, a autoridade sobre os programas escolares é dividida entre vários desses níveis. É provável que cada arranjo tenha diferentes efeitos no estabelecimento e na implantação dos programas linguísticos escolares.

Conflitos entre níveis são comuns. Os pais podem vir a favorecer uma língua, e os professores, outra; o diretor pode tentar implementar uma política que diverge dos desejos de níveis mais altos e mais baixos; governos nacionais podem selecionar políticas consideradas inadequadas em certas regiões; os governos estaduais e federais podem variar; grupos religiosos podem discordar das políticas governamentais. Um dos aspectos especiais da escola é que o ensino acontece em uma sala fechada, difícil para pessoas de fora observarem. Isso, é claro, aumenta o poder dos professores, fazendo com que sejam necessários sistemas complexos de controle (visitas às salas de aula, microfones e câmeras controlados por uma central, ou mais comumente, testes e exames administrados externamente).

Todos esses são participantes cujas crenças precisam ser levadas em consideração e que podem funcionar como gestores das políticas de educação linguística. Acrescente a isso a existência de grupos ativistas – grupos de pais ou membros da comunidade – tentando influenciar a escola ou as autoridades escolares em qualquer nível, e logo se percebe a explicação estruturada subjacente da multiplicidade de padrões de educação linguística que encontramos em prática.

## **POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA**

A complexidade de possíveis padrões foi captada por Mackey (1970) em sua tipologia pioneira da educação bilíngue.<sup>20</sup> As dimensões cruciais dessa tipologia eram variedades de língua reconhecidas, ano ou nível de instrução, quantidade de tempo alocado ao planejamento semanal, meio, tópico ou assunto. As categorias mais abrangentes eram programas de transição (começando em uma língua e gradualmente indo para outra) ou programas de

---

<sup>18</sup> Recentemente, a Câmara Municipal da Cidade de Washington tem estudado como a Câmara Municipal da Cidade de Nova Iorque conseguiu assumir o controle das escolas que estava nas mãos do conselho escolar.

<sup>19</sup> Phillipson (1992) explora esse fenômeno como uma explicação para a propagação do inglês. A influência das políticas coloniais francesas (Bokamba 1991) e espanholas (Mar-Molinero 2000) são talvez exemplos até mais claros.

<sup>20</sup> Devido à grande variação no sentido e na aplicação desse termo, e por causa da magnitude de emoção política que ele gera, eu devo fazer o meu melhor para evitar usá-lo sem uma definição cuidadosa.

manutenção (começando em uma e indo para duas). As variedades linguísticas em competição são normalmente as diversas variedades de casa (vernáculos ou dialetos) e a língua oficial da nação.

Há muitos pontos possíveis no sistema para a transição da variedade de casa ou local para a variedade escolar nacional. Um modelo, adotado pelo Império Britânico após fracassos do programa exclusivamente em inglês na Índia do século XIX (Evans 2002), foi a oferta de educação inicial no vernáculo com transição gradual para o inglês, o mais tardar no começo do ensino médio. O número de anos de instrução vernacular tem variado, ainda que um consenso de pesquisas recentes na África e em outros lugares sugira que são precisos seis anos para atingir bons resultados educacionais (Heugh 2005; Walter 2003). Há sistemas que seguem os modelos coloniais francês e português e que afirmam que a educação deve ser na língua padrão metropolitanos desde o começo.

Essa controvérsia sobre o valor educacional da instrução na língua de casa permanece uma das mais básicas questões nas políticas de educação linguística. Depende em última análise de crenças contrastantes sobre a capacidade das crianças de aprender linguagem. Uma posição defende que aprender uma nova língua é tão fácil para pré-adolescentes como quanto se assume que o seja para bebês adquirir a primeira língua. Para algumas crianças, isso parece ser verdade, mas na média geral, a evidência de pesquisas publicadas sugere fortemente que a maioria sofre educacionalmente nessas situações (Walter 2003).

Outra consideração é o estado das variedades linguísticas sob consideração. A questão é o estado de desenvolvimento de cada língua de instrução em potencial. Há uma escala (uma tipologia proposta por Stewart 1968), que vai desde um vernáculo, dialeto, crioulo ou pidgin não escrito e não padronizado até uma língua padrão ou clássica, a extremidade superior implicando a disponibilidade de um sistema escrito (um aspecto crucial na educação escolar que pressupõe a alfabetização como primeiro objetivo) e de um dicionário e gramática (também requisitadas por professores) assim como de terminologia moderna. Isso rapidamente se torna aparente quando você visita escolas que estão começando a usar línguas de casa. Quando trabalhamos no desenvolvimento da educação fundamental em navajo, duas grandes lacunas que precisavam ser preenchidas eram léxico para a matemática (o navajo não tinha uma forma simples para nomear frações, por exemplo). Também tenho memórias vívidas de uma professora de primeira série maori discutindo com a tia (que estava agindo como assistente linguística), com o inspetor da escola que era meu guia e com os estudantes que palavra maori usar para algum novo conceito. É isso que estabelece uma ponte inevitável entre dois tipos de gestão linguística, a gestão de falantes (o que Kloss 1969 rotulou como

*planejamento de status*) e a modificação de uma língua (o que Kloss chamou de *planejamento de corpus*, talvez mais bem nomeada pelo termo *cultivo*, do Círculo Linguístico de Praga [Círculo Linguístico de Praga 1973]). Fishman (2006) argumentou que esses dois processos normalmente compartilham as mesmas dimensões motivacionais, mas há uma conexão ainda mais antiga em que a atribuição de uma função para uma variedade geralmente acarreta que a variedade deva ser modificada para preencher tal função, seja pelo desenvolvimento de um sistema de escrita ou por modernização.

O que isso significa é que os programas que objetivam usar a variedade local ou de casa como língua de instrução normalmente ficam sujeitos a despesas e problemas extras ao terem que adicionar um componente de cultivo linguístico. Tem sido sugerido que um dos problemas de implementar o reconhecimento constitucional de nove línguas além do inglês e do africâner na África do Sul é a provisão irrisória de recursos para o desenvolvimento linguístico (Alexander 2004). Nos anos 1970, os programas educacionais navajo eram apoiados por projetos preocupados com a escrita ou a reedição de materiais em Navajo. A educação maori tem sido dificultada de modo semelhante pela ausência de escrita contemporânea na língua, à parte de materiais preparados para o uso escolar e documentos do governo traduzidos. Os programas europeus de revitalização e manutenção da língua, mais antigos, tiveram a sorte de seus líderes terem sido muitas vezes figuras literárias que tinham começado a escrever na própria língua. A ausência de cultivo da língua (ou a necessidade de cultivo) pode então servir como uma razão ou desculpa para não usar as variedades de casa na escola.

## CONCLUSÃO

Apesar dessas restrições, será raro que considerações educacionais ou linguísticas determinem as políticas linguísticas escolares. Mais comumente, as escolas refletem a posição ideológica daqueles que as controlam. Normalmente, suas políticas serão conduzidas pelo menos em parte pelas políticas do governo nacional. Assim, mudanças importantes recentes do malaio (*bahasa melayu*) para o inglês e do urdu para o inglês no ensino de Ciências e Matemática na Malásia e no Paquistão respectivamente, ou a intenção de fornecer instrução inicial de seis anos em línguas vernáculas na África do Sul, ou a intenção de restaurar o inglês como meio de instrução nas Filipinas foram todas anunciadas como políticas do governo central; a insistência na instrução em canarês no estado indiano de Carnataca é uma decisão do governo estadual; esforços para estabelecer programas de somente inglês e banir a

educação bilíngue têm sido focados nos governos estaduais nos Estados Unidos e especialmente naqueles com referendos populares. O ensino de língua na escola é assim um componente chave nas políticas linguísticas nacionais e é reconhecido como um estágio chave no modelo GIDS de Fishman (1991).

O presente modelo de políticas linguísticas, então, sugere que o domínio escolar é o que apresenta a maior tendência de ser influenciado externamente, quer de “baixo” (casa, religião, vizinhança) ou de “cima” (níveis de governo), e de ser com mais frequência o alvo de intervenções ativistas em favor de uma variedade ou de outra. O estudo das políticas de educação linguística é, assim, talvez o mais difícil e desafiador campo de todos, e merece a atenção minuciosa que recebe nesta edição especial da revista WPEL.